

**REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE DISPOSIÇÕES PARA
EMBALAGENS, REVESTIMENTOS, UTENSÍLIOS, TAMPAS E
EQUIPAMENTOS METÁLICOS EM CONTATO COM ALIMENTOS
(COMPLEMENTAR A RESOLUÇÃO GMC Nº 46/06)**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões Nº 20/02 e 08/03 do Conselho do Mercado Comum e as Resoluções Nº 03/92, 55/92, 38/98 e 56/02 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a Resolução GMC Nº 03/92 sobre "Critérios Gerais para Embalagens e Equipamentos Alimentícios em Contato com Alimentos" estabelece que as embalagens e equipamentos metálicos em contato com alimentos devem cumprir com os requisitos estabelecidos em um Regulamento Técnico MERCOSUL específico;

Que de acordo com este critério se considera conveniente atualizar a regulamentação sobre as embalagens e equipamentos metálicos em contato com alimentos;

Que não há necessidade de estabelecimento de restrição ao uso do cobre em embalagens e equipamentos metálicos em contato direto com alimentos;

**O GRUPO MERCADO COMUM
RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar alterações no "Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Disposições para Embalagens, Revestimentos, Utensílios, Tampas e Equipamentos Metálicos em Contato com Alimentos", conforme estabelecidas neste regulamento.

Art. 2º - Alterar a localização da tabela que especifica as ligas de aço e aço inox que consta no item 3.1.9.2 para o item 3.1.1.

Art. 3º - Excluir a expressão "cobre" do item 3.1.6, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Latão ou bronze revestidos integralmente por uma capa de ouro, prata, níquel ou estanho tecnicamente puros".

Art. 4º - Excluir a expressão cobre do item 3.1.12, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Os materiais metálicos não devem conter mais de 1 % de

impurezas constituídas por chumbo, arsênio, cádmio, mercúrio, e antimônio, considerados em conjunto. O limite individual de arsênio, mercúrio e chumbo não deve ser maior do que 0,01%”.

Art. 5º - Incluir o item 3.1.13 com a seguinte redação: “3.1.13 Cobre”.

Art. 6º - Os organismos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução são:

Argentina: Ministerio de Salud
Secretaría de Políticas, Regulación e Institutos
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca (MAGyP)
Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca (SAGyP)

Brasil: Ministério da Saúde
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Paraguai: Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS)
Instituto Nacional de Alimentación y Nutrición (INAN)
Ministerio de Industria y Comercio

Uruguai: Ministerio de Salud Pública (MSP)
Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)
Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU)

Art. 7º - A presente Resolução aplicar-se-á no território dos Estados Partes, ao comércio entre eles e às importações extrazona.

Art. 8º - Esta Resolução deve ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de ...

Xxx SGT Nº 3 –xxxx, / /